

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.400 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2001

## CAE debate terceirização e trabalho temporário

Peculiaridades de empresas como as construtoras foram contempladas no substitutivo que altera o projeto aprovado pela Câmara

Sindicalistas e representantes da Justiça do Trabalho discutirão em audiência pública, hoje, projeto que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

PÁGINA 3



### Proposta reduz para 6 anos idade de ingresso no ensino fundamental

PÁGINA 4

### Wilson quer respeito e não esmola para o Nordeste

Senador condena idéia de recriação da Sudene sem recursos assegurados pelos incentivos fiscais.

PÁGINA 5



Outros profissionais da área de saúde, além dos médicos, devem ser beneficiados

### Acumulação de cargos pode ser autorizada na área de saúde

PÁGINA 2

### Projeto obriga novos edifícios a instalarem energia solar

As construtoras poderão ser obrigadas a instalar sistema de energia solar para aquecimento da água nos novos edifícios de uso coletivo, privados ou públicos. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Ademir Andrade, deve ser votado hoje pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. O objetivo é reduzir o consumo de energia nos chuveiros elétricos.

PÁGINA 7

# Plenário discute proposta que amplia acumulação de cargo na área de saúde

Para ser transformada em emenda constitucional, matéria, já acolhida pela Câmara dos Deputados, necessita da aprovação dos senadores em dois turnos de votação

O dispositivo constitucional que autoriza os médicos a acumular dois cargos públicos poderá ser modificado para incluir nessa prerrogativa outros profissionais de saúde, como enfermeiros, psicólogos, odontólogos, assistentes sociais, sanitaristas e nutricionistas.

Proposta de emenda à Constituição nesse sentido começa a ser discutida hoje pelo Plenário do Senado. Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposta é de iniciativa da deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ). Ela defende o entendimento de que qualquer profissional que atue na área é um agente promotor de saúde, o que, a seu ver, contraria a concepção que privilegiava



Conforme proposta em exame, além dos médicos, as enfermeiras e outros profissionais da área também poderão acumular dois cargos públicos

o médico como agente único.

Ao apresentar a proposta na Câmara, a deputada disse que seu objetivo é eliminar a dicotomia

existente entre a concepção de saúde proposta pelo regime ditatorial e a concepção democrática de saúde e cidadania, formulada

pelo Sistema Único de Saúde.

Na mesma sessão, o Senado vota requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria no metrô do Distrito Federal, a fim de verificar os quantitativos das medições de serviços realizados naquela obra e determinar o custo real da parte do empreendimento já realizado.

A hora do expediente será destinada a comemorar o Dia do Aviador, conforme requerimento de iniciativa do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) e outros senadores. Estão inscritos como oradores, entre outros, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Emilia Fernandes (PT-RS).

## Inscrições para concurso do Senado começam na próxima segunda-feira

Estarão abertas no período de 19 a 30 de novembro as inscrições para o concurso público de consultor legislativo e consultor de orçamentos do Senado. O concurso oferece 25 vagas para o cargo de consultor legislativo e duas vagas para consultor de orçamentos. A primeira etapa das provas será realizada nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2002. A segunda etapa está marcada para os dias 9 e 10 de março de 2002.

O concurso será executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UnB), em três etapas. A primeira, de caráter eliminatório e classificatório, terá provas objetivas de conhecimentos e será realizada simultaneamente em Belém, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. A segunda etapa, também de

caráter eliminatório e classificatório, compreenderá prova discursiva e será realizada somente em Brasília. A terceira etapa, apenas de caráter classificatório, consistirá na avaliação de títulos e será realizada nas mesmas cidades que participam da primeira etapa.

As inscrições poderão ser feitas em agências da Caixa Econômica Federal (CEF) em vários locais listados no edital, e a taxa será de R\$ 100,00. O formulário a ser preenchido pelos candidatos será entregue no local de inscrição, onde também será emitido o comprovante. Serão aceitas também inscrições por procuração, via postal e pela Internet, por meio do endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/senado>.

O requisito para o candidato é ter diploma universitário devida-

mente registrado. As atividades requisitadas para o cargo são: execução de tarefas de consultoria e assessoramento institucional de nível superior e especializado, de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, com atenção aos aspectos político-parlamentares; elaboração de estudos, notas técnicas e pesquisas para os senadores e comissões sobre assuntos de interesse do Senado e do Congresso, com preceito de produção escrita de proposições legislativas, emendas, relatórios, pareceres, discursos, revisões de trabalhos e o atendimento a consultas diversas de senadores; e acompanhamento do trabalho das comissões técnicas e de inquérito.

A remuneração prevista é de R\$ 5.901,50 para uma jornada de 40 horas semanais.

### AGENDA

TERÇA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet  
Presidente

10h30 — Recebe senadora Heloísa Helena, senador Ricardo Santos e o senhor Roberto Leher, presidente da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes)  
14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

#### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Hora do expediente: destinada a comemorar o Dia do Aviador.  
Pauta: Requerimento da senadora Heloísa Helena, solicitando ao Tribunal de Contas da União auditoria no metrô do Distrito Federal; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que permite o acúmulo de cargos públicos por profissionais de saúde; entre outros.

#### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: audiência pública com a finalidade de discutir projeto que altera a atual legislação sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.  
Convidados: presidentes Almir Pazianotto, do Tribunal Superior do Trabalho; Francisco Antonio de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Região/SP; Luigi Nesse, da Federação de Serviços do Estado de São Paulo; João Felício, da CUT, e professor José Pastore.  
Pauta-Extra: Mensagem do Executivo que pede autorização para contratar operação de crédito externo, no valor total equivalente a US\$ 30,1 milhões.

10h — Comissão de Fiscalização e Controle  
Pauta: avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos; entre outros.

11h30 — Comissão de Educação  
Pauta: projeto que dá o nome de Paulo Curado a trecho da Rodovia BR-235; entre outros.

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: projeto que institui regras sobre a utilização de fontes energéticas.

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco  
Pauta: exposição do presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Airson Bezerra Lócio.

14h30 — Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização  
Pauta: apreciação de relatórios apresentados.

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: indicação do nome de José Gregori para o cargo de embaixador em Portugal; entre outros.

17h30 — CPI das ONGs  
Pauta: depoimento do presidente da Fundação Boticário, Miguel Milano.

Mozarildo é presidente da comissão parlamentar de inquérito



## CPI das ONGs ouve presidente de fundação

A CPI que investiga denúncias envolvendo organizações não-governamentais (ONGs) reúne-se hoje, às 17h30, para ouvir o depoimento de Miguel Milano, presidente da Fundação O Boticário, e também para votar requerimentos.

A comissão parlamentar de inquérito é presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e tem como relatora a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

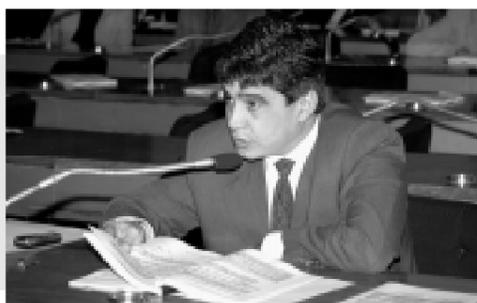
## Presidente da Codevasf depõe sobre São Francisco

O presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Airson Bezerra Lócio, participa hoje, às 14h30, de reunião da comissão especial que acompanha o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Como presidente da autarquia, Lócio tem informações sobre o aproveitamento do solo banhado pelo rio para agricultura, pecuária e a agroindústria.

A Codevasf existe desde 1974 e uma de suas principais missões é desenvolver projetos de irrigação, atuando nos estados banhados pela Bacia do São Francisco – Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e parte do Distrito Federal – num total de 640 mil km<sup>2</sup>. O objetivo da autarquia é ampliar a área

produtiva, com a introdução de novas tecnologias e culturas por meio da agricultura irrigada.

O relator da comissão, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), defendeu, durante a audiência do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, na comissão, que o Orçamento de 2002 preveja mais recursos para a revitalização do São Francisco, que passa por grave processo de degradação. Em 2001, disse o relator, foram destinados R\$ 80 milhões para o projeto de conservação e revitalização, mas a proposta orçamentária de 2002 destina menos da metade desse valor para o Rio São Francisco. A comissão especial é presidida por Ney Suassuna (PMDB-PB) e tem o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) como vice-presidente.



Segundo Wellington Roberto, TCU decidiu determinar restituição dos valores desviados

## Comissão debate parecer sobre irregularidades no INSS do Rio

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado (CFC) analisa em sua reunião de hoje parecer do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) sobre relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), em que o senador solicita providências contra irregularidades detectadas na Superintendência Estadual no Estado do Rio de Janeiro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), após realização de auditoria naquela repartição.

A auditoria realizada pelo TCU naquele órgão público teve como objetivo acompanhar inquéritos administrativos por fraudes contra funcionários públicos, verificar o desaparecimento de processos de débitos, checar os critérios adotados para nomear servidores para funções de confiança e verificar o deslocamento desnecessário de funcionários de um município para outro, apenas para consumir o pagamento de diárias.

Segundo o parecer apresentado pelo senador Wellington Roberto, o TCU decidiu, após a realização da auditoria, determinar ao presidente do INSS a adoção de providências necessárias à restituição dos valores desviados ou pagos indevidamente por servidores do INSS ou, caso esgotados os esforços de reparação dos danos, a instauração de tomadas de contas especiais, fixando-se o prazo de 60 dias para o cumprimento da determinação.

O TCU recomenda, ainda, a adoção de auditorias periódicas nos postos do INSS no Rio, de modo a permitir rápida detecção e apuração de fraudes. Também recomenda o cruzamento automático dos dados fornecidos pelo segurado com aqueles existentes nos bancos de dados do INSS e o estabelecimento de controle que evite a utilização de nomes e números de matrículas de servidores inexistentes.

# Trabalho temporário é tema de audiência na CAE

Ministro Almir Pazzianotto, do TST, e o presidente da CUT, João Felício, estão entre os participantes do debate que se realiza hoje

A contratação de mão-de-obra por empresas terceirizadas e a realização de contratos temporários de trabalho mais flexíveis que os previstos pela legislação atual são temas que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) debaterá hoje em audiência pública. Os debates serão feitos tomando por base o substitutivo a projeto de lei da Câmara, apresentado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da matéria, que defende o retorno aos princípios básicos da proposta original do governo.

Participam da audiência pública, como convidados, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Almir Pazzianotto; o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região (São Paulo), Francisco Antônio de Oliveira; e o presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo, Luigi Nesse.

Ao apresentar o seu parecer, encaminhando substitutivo, o senador Paulo Souto disse haver examinado com muito cuidado as 32 emendas apresentadas ao projeto da Câmara, pelos senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Pedro Piva (PSDB-SP). Segundo Souto, todos os pontos controversos não estavam no projeto original e foram introduzidos em sua passagem pela Câmara dos Deputados, onde se conseguiram resultados “nitidamente opostos àqueles pretendidos pelo projeto original, tornando extremamente

## Empréstimo para combater pobreza rural vai a votação

A Comissão de Assuntos Econômicos vota hoje pedido do governo de Pernambuco para tomar um empréstimo de US\$ 30,1 milhões junto ao Banco Mundial, com aval da União. O dinheiro será usado parcialmente para financiar projetos de combate à pobreza rural. O relator da matéria é o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), que apresentou parecer favorável.



Relator do projeto sobre terceirização e trabalho temporário, Paulo Souto defende retorno aos princípios básicos da proposta do governo

mais complicadas as relações entre os agentes envolvidos, ficando muito próximo de inviabilizar, por exemplo, a contratação de serviços de terceiros”.

Diante dessa constatação é que o relator decidiu praticamente resgatar a idéia original do projeto, apresentado por iniciativa do Executivo. Explica o senador que acatar a proposta que veio da Câmara seria, por exemplo, “admitir que uma construtora não poderia contratar uma empresa para demolir um prédio, outra para fazer a terraplanagem ou outra para realizar os serviços de pintura”.

Setores como o das montadoras de automóveis, que contratam serviços de empresas especializadas, teriam enormes dificuldades. “Restringir a contratação de serviços de terceiros a atividades diversas da atividade econômica das contratantes seria simplesmente obrigar as empresas a contratarem serviços estranhos ao seu objetivo” – explica Paulo Souto.

Pela proposta oriunda da Câmara – afirma o relator –, uma grande mineradora não poderia ter em seu grupo econômico uma empresa especializada, por exemplo, no transporte ferroviário ou marítimo de seus produtos, sendo obrigada a contratar esses serviços com outra empresa, eventualmente, até mesmo uma concorrente estrangeira.

Paulo Souto também rejeitou a fixação de capital social de R\$ 250 mil para as empresas de terceirização. Esse dispositivo, para ele, representaria “um golpe de morte” em milhares de empresas de terceirização, em sua maioria, micro e pequenas empresas. Rejeitou, ainda, dispositivo que proibia a contratação de mão-de-obra terceirizada para impedir que atividades essenciais viessem a ser paralisadas completamente, no caso de greve. Também rejeitou o limite de oito horas semanais de trabalho para as contratações de serviço temporário.

## Será reeditada coleção de Direito Constitucional

O presidente do Senado, Ramez Tebet, o vice-presidente Edison Lobão e o primeiro-secretário, Carlos Wilson, foram recebidos ontem pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, para retribuir visita de cortesia do ministro. Durante a conversa, ficou decidido que o Senado e o Supre-

mo reeditarão, em parceria, a coleção de Direito Constitucional brasileiro.

– Trata-se de iniciativa relevante e de grande utilidade para todo o mundo jurídico – ressaltou Tebet.

Depois da reunião, o presidente do STF acompanhou os senadores em visita ao Museu do Supremo.

## Jucá crê no entendimento entre governo e professores

Senador também elogiou medidas adotadas pela ANS para controlar a qualidade dos serviços prestados pelos planos e seguros de saúde

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu que o bom senso prevaleça para colocar um ponto final na greve das universidades federais que ameaça inviabilizar os vestibulares e a formatura de 40 mil estudantes. Ele disse que a greve, que já dura mais de 70 dias pode, e deve, terminar com governo e professores à mesa de negociações.



Romero Jucá pediu que bom senso prevaleça para colocar ponto final na greve

Para Jucá, é inadmissível que tantos estudantes sejam prejudicados, unicamente porque os professores e o Ministério da Educação não chegam a um acordo. "São estudantes perdendo vaga em concursos, por não terem di-

ploma de formatura, são estudantes perdendo tempo de seus estudos por falta dos vestibulares".

### PLANOS DE SAÚDE

Jucá manifestou satisfação diante das primeiras medidas tomadas pela Agência Nacional de Saú-

de (ANS) para controlar a qualidade dos serviços prestados pelos planos e seguros de saúde. Ele explicou que, a partir do próximo ano, as empresas terão de apresentar relatórios trimestrais com números de consultas, exames, internações, cesarianas e taxas de mortalidade materna durante o parto e mortalidade de recém-nascidos.

A agência, explicou, não pode interferir na relação comercial das empresas com os médicos, mas pode controlar a qualidade da assistência médica. Se a taxa de mortalidade de determinada empresa se desviar da média, a agência pode exigir que contrate médicos e hospitais melhores para oferecer assistência mais eficaz aos seus segurados.

## Lando alerta para crise na Universidade de Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) alertou para a crise que atingiu a Universidade Federal de Rondônia (Unir), com a dilapidação dos salários dos servidores. Segundo o senador, diversos postos de trabalho têm sido desativados nas instituições federais de ensino e outros terceirizados.

— Atualmente, mais de 20% dos cargos referentes ao domínio técnico-administrativo do sistema federal de ensino superior se encontram literalmente vagos. Pior que isso é tomar conhecimento de que a folha de pagamentos referente à carreira técnico-administrativa simplesmente estagnou, com fortes tendências à re-



Amir Lando disse que salários na universidade federal do estado foram dilapidados

dução — lamentou.

No caso dos 338 professores, o quadro não é diferente, diz Lando. "São 27 doutores, 109 mestres, 108 especialistas e 94

graduados para quase 9 mil alunos matriculados em 2000, que estudam com o auxílio indispensável de 328 técnicos-administrativos e acadêmicos". Lando afirmou que, entre maio de 1987 e maio de 2001, o poder de compra dos pisos salariais da categoria sofreu redução de 90%.

— Nesse contexto, espero que prevaleça o bom senso entre representantes do governo, dos docentes e dos servidores nas negociações ora em curso no Ministério da Educação — disse o senador. Lando defendeu a participação efetiva do Senado com vistas a resolver o impasse entre professores em greve e o governo.

## Santos quer antecipar ensino fundamental

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei que antecipa e amplia o ensino fundamental, permitindo o ingresso de alunos aos 6 anos de idade. Ele argumentou que diversos sistemas de ensino, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, têm antecipado o acesso ao ensino fundamental para as crianças de 6 anos e acrescentou que a mudança que propõe tanto pode levar ao término do ensino fundamental aos 13 anos de idade, quanto elevar a escolaridade para nove



Pelo projeto de Ricardo Santos, aos 6 anos de idade criança pode entrar nesse nível de ensino

anos de duração.

Ricardo Santos lembrou que

em 1971 o tempo dedicado ao ensino fundamental e médio caiu de 12 para 11 anos, observando que a tendência internacional conduz ao aumento geral da escolaridade.

O senador disse ter apresentado o projeto baseado em evidências científicas indicando que o amadurecimento da criança pode ocorrer mais cedo e que a alfabetização pode ser iniciada aos 6 anos ou até antes. De acordo com esses estudos, informou, quanto maior o tempo letivo, maior tende a ser o rendimento escolar.

## Távola: caso pataxó simboliza falta de valores da sociedade

O assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado por quatro jovens de Brasília, é símbolo da falta de valores da sociedade atual, cujo comportamento é ditado pelo consumo. A análise foi feita pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que aproveitou o debate sobre o julgamento — que resultou na condenação dos réus a 14 anos de reclusão —, para refletir sobre as raízes das desigualdades brasileiras. Na avaliação do senador, apenas um longo processo de inserção educacional será capaz de acabar com as disparidades que produzem fatos como o que vitimou o pataxó.

— O que há por dentro de um processo que leva segmentos das classes dominantes brasileiras a se sentir com força e poder a ponto de incendiar uma pessoa — pobre, índio, negro, o que fosse — deitada, desprotegida à noite? O mesmo país que massacrou centenas de nações indígenas, autóctones, porque estavam aqui antes do Descobrimento, no fundo estava refletido no ato daqueles jovens — disse o senador.

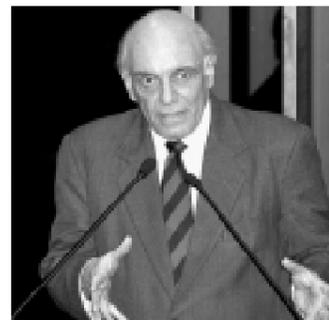
Távola aponta os valores impostos pela sociedade de consumo como causas de comportamentos extremos, a exemplo do praticado pelos jovens de Brasília, em abril de 1997. "É uma sociedade que não carrega valores de vida, mas ela necessita desses valores de vida",

## Geraldo Cândido reclama do governo apoio para o esporte

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) cobrou das autoridades ligadas ao esporte políticas e investimentos que propiciem o desenvolvimento dos atletas brasileiros. Ele comemorou a vitória da ginasta Daniele Hypólito no Campeonato Mundial de Ginástica Artística, na Bélgica, onde conquistou medalha de prata, inédita para a modalidade no Brasil, e ressaltou as dificuldades que a atleta enfrenta devido à falta de apoio governamental.

Cândido afirmou que o sucesso da ginasta não se deve ao incentivo do governo ou de um clube, lembrando que ela não recebe salário do Flamengo desde agosto. A vitória de Daniele, acrescentou, é decorrente do sacrifício de sua família, dos técnicos e de sua determinação e vontade.

— Daniele, ao mesmo tempo em que dá uma medalha inédita ao



Para Artur da Távola, apenas a educação pode reverter a prática de comportamentos extremos

salientou o senador, para quem apenas a educação terá a capacidade de reverter esse quadro.

— Diante de uma sociedade tão vertiginosa, tão sedutora, tão carregada de bens, o ser humano precisa de cada vez mais inteligência, mais lucidez, mais valores, que não são mais adquiridos quando se está adulto, a não ser por um esforço pessoal formidável e digno de elogios. Eles são adquiridos na escola — disse.

O caso do índio Galdino insere-se, na avaliação de Artur da Távola, em "um caldeirão de complexidades", como simbólico. O preconceito racial, muitas vezes citado em análises sobre o caso, talvez não seja maior do que o desprezo pelos excluídos da sociedade, avaliou. Em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) apoiou o pronunciamento de Artur da Távola.



Geraldo Cândido quer investimento a longo prazo, e não apenas na véspera das Olimpíadas

Brasil, nos ensina que está fazendo a sua parte, e o seu gesto deve servir como desafio para que o país faça a sua — disse.

Para que a vontade e a determinação de muitos esportistas brasileiros sejam transformadas em medalhas, afirmou Geraldo Cândido, são necessários investimentos no esporte a longo prazo e não apenas nas vésperas das Olimpíadas.

# Carlos Wilson critica proposta de recriar Sudene

Para o senador, a iniciativa não prevê recursos oriundos de incentivos fiscais, mas apenas do Orçamento, o que reduziria o órgão a “mera instância administrativa, tutelada pela esfera federal”. O Nordeste quer respeito, não esmolos, disse

## Quintanilha anuncia novo trecho de rodovia no TO

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) registrou ontem a inauguração de trecho da rodovia TO-404 ligando os municípios de Augustinópolis e Araguaínas, na região conhecida como Bico de Papagaio, no norte do Tocantins. Segundo relatou, a estrada faz parte do programa rodoviário que vem sendo implementado pelo governador Siqueira Campos com o objetivo de integrar todas as regiões do estado e retirar os municípios do isolamento.

Quintanilha disse ainda que o trecho permitirá às pessoas trafegar com mais conforto. “Antes, o transporte coletivo era feito em carrocerias de caminhonete”, lembrou. Conforme o senador, o programa rodoviário está propiciando o ambiente adequado



Segundo Quintanilha, a estrada permitirá o desenvolvimento da região do Bico de Papagaio

para organizar a economia do estado. “O Bico de Papagaio era uma região de conflitos, mas está apaziguada e pronta para deslanchar o seu potencial agropecuário”, disse.

## Mauro Miranda homenageia o pioneiro Bernardo Sayão

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) homenageou ontem Bernardo Sayão, pioneiro da construção de Brasília, passados quase 43 anos da sua morte. Segundo disse, “sem a chama da utopia concreta que o guiou a rasgar novos horizontes para o progresso brasileiro”, o Centro-Oeste não seria a região que hoje mais cresce no Brasil.

Mauro Miranda definiu como “imperdoável injustiça” o Brasil não tê-lo incluído ainda no Panteão Cívico, em que são homenageados Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. E lembrou que foi Bernardo Sayão quem integrou a nova capital ao restante do Brasil, demarcando os espaços do Distrito Federal e comandando a construção da rodovia que hoje liga o planalto central ao Pará.

O senador afirmou ser impossível imaginar “o Brasil moderno e a pujança do Centro-Oeste sem a coragem, genialidade e pioneirismo de Bernardo Sayão”. Ao resumir o perfil do homenageado, disse que, em 1956, escolhido por Juscelino Kubitschek para dirigir a Novacap (Companhia Urbaniza-

dora da Nova Capital), Sayão prometia solenemente ao presidente da República que, em três anos, lhe entregaria a nova capital.

De acordo com Mauro Miranda, o coroamento da missão do engenheiro veio em maio de 1958, quando foi incumbido de chefiar 3.400 trabalhadores para construir a rodovia Belém-Brasília. O senador lamentou que, faltando 16 dias para a conclusão da obra, Bernardo Sayão tenha morrido, atingido pela queda de uma árvore gigantesca.

Homenagear Sayão, disse o senador, “é um dever de gratidão”, além de estimulante para a autoestima nacional, “hoje tão carente de modelos de ética pública, de confiança inabalável nos destinos do Brasil e de unidade indissolúvel entre pensamento e ação”.

Solidarizando-se com a homenagem, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) disse que a rodovia Belém-Brasília, um dos sonhos realizados por Bernardo Sayão, é hoje uma das principais artérias que ligam o Brasil de sul a norte, merecendo o engenheiro todas as honras do povo brasileiro.

Surpreendido com a notícia de que o novo ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, reuniu-se com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, e governadores nordestinos para discutir a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o senador Carlos Wilson (PTB-PE) registrou ontem que a região “quer ser tratada com respeito, não com esmolos”.

Segundo o senador, o que se pretende com a proposta é criar um novo órgão que será alimentado não por recursos oriundos de incentivos fiscais, mas por recursos do Tesouro,



Carlos Wilson manifestou surpresa com reunião do novo ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, para discutir a recriação da Sudene

estritamente orçamentários, “o que equivale a colocar os destinos do Nordeste na dependência exclusiva da combalida força orçamentária de um Estado descapitalizado e em crônica crise fiscal”.

instância administrativa, tutelada pela esfera federal e dependente de verbas exclusivamente do Tesouro e da boa vontade do governante de plantão, dada a natureza apenas autorizativa do Orçamento da União”.

## Bezerra: transgênico deve ser tratado com cautela

Diante da polêmica sobre a introdução de produtos transgênicos no Brasil, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que o governo federal deve agir com cautela em relação ao tema, “em nome da defesa dos interesses da agricultura nacional e da saúde da população”. Ele defendeu o impedimento da entrada dos transgênicos até que se tenha “segurança absoluta” das consequências sobre os seres humanos.

— Por que haveremos de querer aprovar transgênicos açodadamente, quando não se tem segurança sobre os seus efeitos na saúde humana? Se amanhã se constatarem efeitos danosos da soja transgênica, como haveremos



Carlos Bezerra defende a proibição de transgênico até que se conheçam os efeitos do produto sobre os humanos

de erradicar a espécie da nossa agricultura? Toda a nossa produção estará irremediavelmente sob suspeita e os prejuízos serão imensos, como se viu no caso da “vaca

louca” — alertou.

Para o senador, é mais prudente para o país seguir o exemplo da União Européia, que recentemente propôs regras mais rígidas sobre o rastreamento e a rotulagem de sementes e alimentos transgênicos. Ele acrescentou que o governo federal não pode se curvar à pressão dos Estados Unidos. Deve, sim, afirmou, manter posição independente, já que estão em jogo a saúde da população e a produção brasileira de grãos.

A campanha para liberar transgênicos como a soja Roundup Ready e o milho Guardian é encabeçada no Brasil pela empresa Monsanto, que conta com a simpatia do governo.

## Machado quer mais investimento no Ceará

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE) cobrou do governo ações que promovam o desenvolvimento agropecuário no Ceará. Segundo disse, apontando dados do Banco Mundial, 56% da população cearense classificada como pobre vive na área rural.

Sérgio Machado defendeu a adoção de medidas que incrementem o mercado interno, como a compra da produção regional para a merenda escolar, formação de estoques reguladores para enfrentar abundâncias ou carências sazonais, adoção de tecnologia moderna, criação de novas linhas de crédito, incentivos fiscais e investimentos em infra-estrutura.

— Temos de partir de um zoneamento agrícola. E, com isso, definir pólos, considerando-se a pesquisa, a tecnologia, a capacitação técnica e gerencial, o crédito e a comercialização, buscando criar, para cada produto, o selo com a marca Ceará.

Também é necessário, afirmou, que o governo invista na área social, promovendo o trabalho e a renda, investindo em educação e saúde e regionalizando o conteúdo escolar, para que “o aluno conheça o seu meio e saiba como transformá-lo”. Sérgio Machado reivindicou também medidas para promover o turismo rural e a preservação histórica e cultural do Ceará.



Sérgio Machado cobrou do governo medidas para a agropecuária cearense

O senador ressaltou que a agropecuária brasileira sempre foi marcada pela vulnerabilidade climática, tecnologia rudimentar e despreparo do produtor rural.

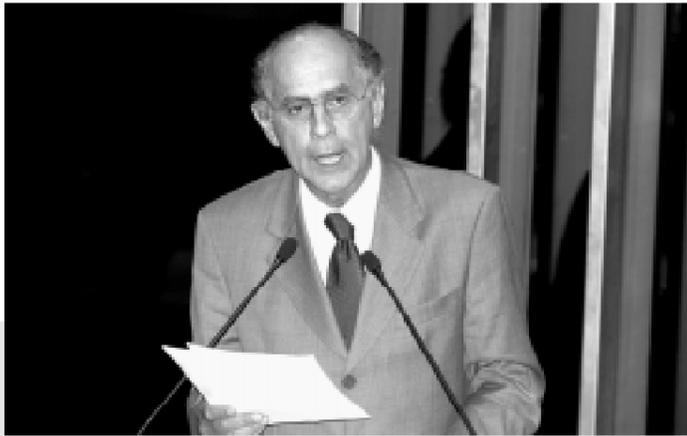
# Projeto facilita acesso de universidades a canal de TV

Comissão de Educação analisa hoje proposta que garante a instituições de ensino superior espaço para veicular suas produções

O amplo acesso das instituições de ensino superior à produção, programação e veiculação de programas de caráter educativo nos canais universitários é o objetivo do projeto da Câmara dos Deputados que será apreciado hoje pela Comissão de Educação (CE). A proposta, com parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), viabiliza essa participação por meio da correção de um erro gráfico na lei que trata dos serviços de televisão a cabo.

— Na cidade de São Paulo, por incorreção na lei, as duas principais faculdades de televisão estão impedidas de produzir e veicular seus programas. Por essa razão, nota-se na grade de programação do canal universitário da cidade de São Paulo uma infinidade de repetições de programas veiculados — justifica o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), autor da proposta.

Para o relator, o projeto propõe democratizar “a produção e veiculação dos trabalhos produzidos por todas as instituições de ensino”, o que somente será pos-



Mauro Miranda apresentou parecer favorável ao projeto, que, ao corrigir um erro gráfico na lei da TV a cabo, beneficia instituições universitárias

sível com a alteração da lei sobre TV a cabo.

## RODOVIA

Também está na pauta da Comissão de Educação parecer do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pela aprovação do projeto do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) que dá o nome de Paulo Curado a trecho da Rodovia BR-235. Outro projeto a ser votado pela comissão, com parecer favorável do senador Jonas Pi-

nheiro (PFL-MT) e de autoria dos senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e do então senador Pedro Ubirajara (PSDB-MS), denomina Nossa Senhora do Pantanal a ponte sobre o Rio Paraguai, no município de Corumbá (MS).

Integram ainda a pauta de 16 itens da CE projetos de autorização, outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de rádio e televisão.

# Lobão destaca lançamento sobre processo legislativo

O senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou o lançamento do livro *Os Meandros do Congresso Nacional – Como Interagir e Participar das Atividades Legislativas Brasileiras*, de autoria do suplente de deputado federal Josué dos Santos Ferreira (PPB-RN). Segundo disse, a obra constitui “um projeto de caráter social, cultural, acadêmico, histórico, educacional e informativo” que disponibiliza para a sociedade brasileira todas as informações sobre o processo legislativo, de maneira didática e inovadora.

A obra, acrescentou Lobão, vem fortalecer o Congresso Nacional, porque promove a aproximação da sociedade com o Poder Legislativo Federal.

— É uma obra que se incorpora às lides jurídicas e parlamentares como uma referência da maior importância para consultas dos interessados em assuntos que se vinculam à história política brasileira — afirmou o parlamentar.



Segundo Edison Lobão, livro *Os Meandros do Congresso...* deve ser visto como “obra de referência da maior importância”

Nascido no Rio Grande do Norte, Josué dos Santos Ferreira formou-se em Administração de Empresas pela Universidade da Califórnia e cursou na Fundação Getúlio Vargas (FGV) o Programa de Direção Estratégica e Planejamento Empresarial. Josué dos Santos ainda participou, em Genebra, na Suíça, dos seminários Saúde, Educação e Moradia nos Países do Terceiro Mundo e Ciências Políticas, promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

# Emilia Fernandes autografa coletânea de discursos na Feira do Livro de Porto Alegre

O Senado completou no fim de semana sua participação na 47ª Feira do Livro de Porto Alegre com sessão de autógrafos da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e comercialização de publicações técnicas e lançamentos do Conselho Editorial. A mostra, encerrada domingo, foi visitada por cerca de 1,5 milhão de pessoas e vendeu mais de 420 mil livros, segundo estimativas dos organizadores.

Na tarde de sábado, a senadora Emilia Fernandes visitou o estande do Senado, onde autografou o livro *Rio Grande de Luz, Ética, Trabalho e História*, coletânea de seus discursos relacionados com assuntos do estado. Ela lembrou, na ocasião, ter se empenhado pela participação do Senado na feira gaúcha desde a primeira edição da mostra, em 1998.



Emilia Fernandes autografou no estande do Senado o livro *Rio Grande de Luz, Ética, Trabalho e História*

O estande do Senado comercializou durante a feira, iniciada no dia 26 de outubro, cerca de 1.500 exemplares de publicações diversas e 200 disquetes com a Constituição federal e CDs com os 500 anos de legislação brasileira. Também ofereceu aos visitantes a possibilidade de as-

sistir ao vivo à TV Senado e assinar o *Jornal do Senado*. Como em geral tem ocorrido nas participações da Casa nesse tipo de feira, o livro mais vendido foi a Constituição brasileira, seguindo-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Manual de Padronização de Textos e o Estatuto da Cidade. Entre as obras do Conselho Editorial, a mais vendida foi *História das Idéias Políticas no Brasil*.

## BRAILE

Além de Emilia Fernandes, o estande foi visitado, durante a realização da feira, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que fez a entrega de exemplares da Constituição do Rio Grande do Sul em braile a entidades de apoio a deficientes visuais.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Saúde/Unip* — Violência — Parte 2  
6h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Requião e o brigadeiro Ércio Braga falam sobre segurança e soberania nacional  
7h30 — *Entrevista* — A senadora Marina Silva fala sobre segurança na identificação de bebês  
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — *Saúde/Unip* — Violência — Parte 2  
9h — *As Cores do Brasil* — Forte do Recife  
9h45 — *Entrada ao vivo* — Reportagem  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Educação  
14h15 — *Entrada ao vivo* — Reportagem  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — CPI das ONGs (ao vivo)  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Comissão de São Francisco —

(gravado)

Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviços  
9h30 — *Tanto Mar* — Música em língua portuguesa pelo mundo  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
13h30 — *Tanto Mar* — Música em língua portuguesa pelo mundo (reapresentação)  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — *A Voz do Brasil*  
20h — Música, informação e serviços  
20h30 — *Tanto Mar* — Música em língua portuguesa pelo mundo (reapresentação)  
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite  
23h — *Jazz e Tal*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

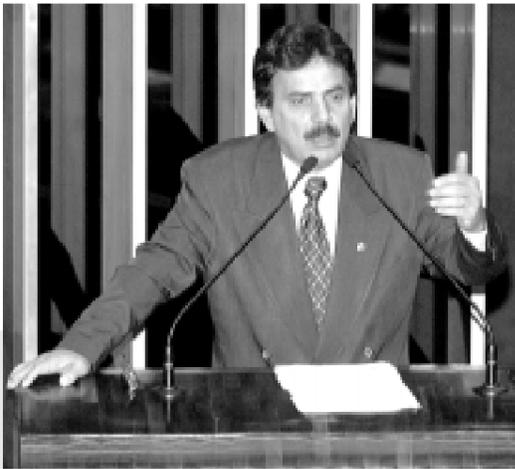
# Comissão examina estímulo a energia solar

Projeto do senador Ademir Andrade determina que edifícios de uso coletivo, públicos ou privados, em municípios com mais de 20 mil habitantes, adotem sistema como fonte de aquecimento

Em reunião marcada para hoje, às 14h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota projeto de lei do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que determina que edifícios de uso coletivo, públicos ou privados, construídos a partir da data de publicação da lei, adotem a energia solar como fonte de aquecimento de água. O objetivo de Ademir é diminuir o número de chuveiros elétricos no país, responsáveis por 9% do consumo nacional de

energia elétrica. O relator da matéria, que tramita em caráter terminativo na comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), recomenda a aprovação do projeto.

Pela proposta, os municípios com mais de 20 mil habitantes serão obrigados a adotar a medida, que é facultativa para cidades menores. O projeto estabelece ainda que os municípios que não cumprirem a determinação podem não receber transferências voluntárias da União ou dos estados, assim como



Ademir: aquecimento de água para banho representa economia de um terço nas contas domésticas de luz

financiamentos públicos. Ricardo Santos afirma em seu relatório que o projeto tem importância especial para o país, já que pode estimular a adoção de formas mais eficientes de energia.

— A substituição dos chuveiros elétricos, um modelo perdulário de energia, deve constituir prioridade nacional. O uso da energia solar, fartamente disponível no país e, lamentavelmente, pouco utilizada, apenas para aquecimento de água para banho já enseja-

ria uma economia de cerca de um terço nas contas domésticas de luz — justifica Ademir.

A CI, presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), tem ainda na sua pauta o projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que inclui a ligação do Porto de Capuaba à rodovia BR-262, no Espírito Santo, no Plano Nacional de Viação. Como relator da proposta, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) afirma que a ligação, de 10,3 quilômetros, pode proporcionar melhor escoamento de caminhões do Porto de Capuaba para as rodovias BR-262 e BR-101.

— A via vai reduzir os percursos e, conseqüentemente, os custos e o tempo das viagens. Além disso, vai retirar o tráfego de longa distância, sobretudo caminhões, das vias urbanas de Vitória, que já operam no limite de sua capacidade, atenuando os graves congestionamentos que afligem a cidade — argumenta Hartung.

## Aneel recebe denúncia sobre “vícios” na venda da Copel

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) informou que o Fórum Popular Contra a Venda da Copel encaminhou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) documento apontando “irregularidades, vícios, ilegalidades e imoralidades” no processo de venda da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e pedindo a suspensão da venda da estatal. O leilão, que seria realizado no final da semana passada, foi cancelado porque os grupos estrangeiros desistiram de apresentar propostas.

— As empresas estrangeiras desistiram não por causa da instabilidade econômica provocada pelos atentados terroristas nos Estados Unidos, mas por conta do intenso movimento popular contra a venda. Nunca se viu nada parecido na história do Paraná. O governador Jaime Lerner deve repensar o processo, depois da vaia que levou de 30 mil pessoas neste fim de semana, em Foz do Iguaçu — observou.

No documento encaminhado à

Aneel, conforme o senador, há provas de que o leilão não obedece aos princípios de legalidade, publicidade e moralidade. Por exemplo: até agora não se sabe quantas empresas estarão sendo vendidas com a Copel, por contarem com participação acionária da estatal paranaense. A princípio, seriam 29, mas na Junta Comercial do Paraná foram descobertas outras três companhias.

Álvaro Dias sustentou que muitas dessas empresas têm como sócios diretores da Copel, familiares dos altos funcionários do governo estadual e empresas “com grande afinidade política” com o atual governo do Paraná. Ele aponta ainda como ilegalidade a contratação de empresas, sem licitação pública, para prestação de serviços à Copel.

Uma dessas empresas, segundo o senador, chama-se Tradener e, com capital social inicial de apenas R\$ 10 mil, assinou contrato para ser a intermediária de todas as vendas de energia da Copel, re-



Álvaro Dias: documento aponta irregularidades e pede suspensão do leilão da Copel

cebendo para isso comissão de 2%. Se a Copel romper o contrato, terá de pagar multa de R\$ 20 milhões.

A frustração do leilão da Copel, ainda conforme Álvaro Dias, coloca em xeque o modelo de privatização adotado em todo o Brasil. A privatização do sistema de telefonia, por exemplo, anunciado a princípio como capaz de render ao governo R\$ 100 bilhões e abater quase toda a dívida pública, “no final se resumiu a R\$ 22 bilhões”. Para ele, este exemplo é motivo suficiente para levar os governos estaduais e federal a repensarem a política de venda de estatais.

## Eduardo destaca construção de hidrelétricas no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou o início das construções, previstas para o começo de 2002, da eclusa da hidrovía Araguaia-Tocantins, junto à Usina Luís Eduardo Magalhães, e da Usina do Peixe como ações importantes na abertura de postos de trabalho, justamente no período chuvoso do estado do Tocantins, em que a oferta de emprego na área de construção sofre redução de até 50%.

O senador elogiou a postura do governo do Tocantins de antecipar-se aos problemas, em vez de deixar os fatos acontecerem para depois buscar soluções.

Na avaliação de Eduardo Siqueira Campos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) também tem atuado com a visão de antecipar-se aos problemas. Ele destacou a licitação de 11 usinas hidrelétricas que a agência deverá promover em breve na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.



Eduardo Siqueira Campos elogia governo do estado por “antecipar-se aos problemas”

Eduardo salientou a necessidade de o governo administrar o país de acordo com suas potencialidades, pela antecipação de soluções e não somente em períodos de crise, como ocorre geralmente. Com essa estratégia de antecipar-se às crises, disse o senador, o Brasil encontrará os verdadeiros rumos de seu desenvolvimento.

## Jucá aplaude expansão do programa Comunidade Ativa

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o programa Comunidade Ativa, lançado em 1999 pelo governo federal com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável e minorar os problemas sociais e econômicos das camadas mais carentes. Na avaliação do senador, o programa, ao mobilizar a população local para a descoberta de suas vocações, necessidades e prioridades, supera o assistencialismo primário muitas vezes praticado no país.

Jucá ressaltou que o programa Comunidade Ativa está em fase de expansão — foram assinados recentemente termos de compromisso em 252 municípios. A ação comunitária promovida pelo programa, afirmou o senador, gera simultaneamente capacitação, produção, acesso ao conhecimento, parcerias, novas oportunidades de trabalho e renda, que resultam em elevação da qualidade de vida da população.

O senador destacou também a

redução da contrapartida exigida dos municípios para a celebração de convênios com o governo federal como um importante incentivo para que os municípios adiram ao Comunidade Ativa. Municípios com 25 mil habitantes que antes precisavam desembolsar entre 5% e 10% sobre o valor do convênio, explicou, passam a pagar apenas 1%.

O senador elogiou ainda a criação, pelo programa, do Comitê de Desenvolvimento Integral da Primeira Infância (Codipi), responsável pelo estímulo à política de atenção especial às crianças de zero a 3 anos.

— Em um projeto piloto, o comitê atua em 28 municípios e mostra-se importante instrumento de integração das políticas setoriais de educação, saúde, assistência e cultura no município — afirmou.

Para o senador, o programa Comunidade Ativa é uma maneira efetiva e “não demagógica” de o governo federal auxiliar os municípios no combate à pobreza.

# Iris critica protecionismo dos países ricos

Segundo disse, as restrições comerciais impostas a nações como o Brasil são “abomináveis”. O senador também mostrou confiança nos negociadores brasileiros que participam da reunião da OMC em busca de novos mercados para o país

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) criticou ontem o protecionismo praticado por países ricos no comércio internacional. Para ele, após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, essa prática passou a ser também “abominável” por contribuir para manutenção das desigualdades sociais no mundo. “Compete à Organização Mundial do Comércio (OMC) mostrar sensibilidade para captar a necessidade de um novo regime comercial, buscando imediatamente a realização do objetivo para o qual foi criada, que é garantir uma competição honesta e leal no comércio entre os seus países membros.”

Iris alertou para a necessidade

de mais apoio ao setor rural brasileiro, de forma a manter a oferta de alimentos a preços acessíveis e gerar excedentes destinados à exportação. Ele disse estar confiante na atuação dos negociadores brasileiros na reunião da OMC que está sendo realizada em Doha, Qatar, na busca de novos espaços no mercado internacional, principalmente na área de agronegócios.

— Na verdade, o próprio ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, que chefia a nossa delegação, reconheceu que a área agrícola é a de maior interesse para o Brasil dentro do contexto do encontro da OMC. E até explicou que é no setor rural da eco-



Iris Rezende alertou para a necessidade de mais apoio ao setor rural, que responde hoje por 40% das exportações brasileiras

nomia que o nosso país tem o que chamou de oferta exportável. No caso, ele faz referência ao fato

de que o campo já detém 40% das nossas exportações, apresentando superávit, enquanto todos os setores da economia, somados, registraram déficit.

O Brasil, segundo o senador, é exemplo para as outras nações, porque “o produtor brasileiro trabalha sem nenhum tipo de subsídio e atinge elevados níveis de produtividade”. Iris lembrou que em países desenvolvidos, como Estados Unidos e França, os respectivos governos gas-

tam bilhões de dólares para cobrir a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo do produto. “Os países mais ricos gastam diariamente US\$ 1 bilhão com subsídios somente para a agricultura e a pecuária”, disse.

## PROTEÇÃO

Além do subsídio direto, continuou Iris, esses países utilizam outros meios de proteção que prejudicam nações como o Brasil. São sobretaxas, cotas, tarifas e acréscimos de impostos em produtos para que o preço se iguale com o preço de produtos locais, como o suco de laranja, carne de frango e bovina, açúcar, café, fumo, soja, frutas, sapatos e aço.

## Saturnino relata resultado de encontro do Fórum Social

Representante do grupo parlamentar brasileiro no encontro do comitê internacional do Fórum Social Mundial, realizado em Dakar, Senegal, no início de novembro, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que “dois sentimentos” dominaram a reunião: a preocupação com a recessão americana e mundial e o medo dos desdobramentos da lógica da guerra.

Na avaliação de Saturnino, a recessão — ao comprovar a falsidade das promessas de “prosperidade alardeadas pelos arautos do pensamento único” — abrirá “um novo ciclo histórico de repúdio ao neoliberalismo”. Ele acrescentou que “as chagas sociais, as deformações da desigualdade e a exclusão criada” servirão de testemunhas contra a doutrina político-econômica.

— O mundo vai virar essa página irrazoável e suja do neoliberalismo escrita pelos chefes do mercado financeiro internacional. O Brasil poderia ser dos primeiros a fazê-lo, juntamente com a Índia. O Brasil teria todas as condições para a iniciativa da virada, não fosse a estreiteza dos Malans e Tavares e a fraqueza de Fernando Henrique Cardoso — disse.

Os mais de 100 representantes de organizações governamentais e não-governamentais e parla-



Fórum mostrou preocupação com a recessão mundial e a lógica da guerra, disse Saturnino

mentares de diversos países que estiveram em Dakar, informou Saturnino, também se posicionaram contra a guerra e sua lógica de destruir e matar o inimigo. Para Saturnino, a guerra contra o Afeganistão não é uma ação de combate ao terrorismo, mas “uma vingança que trará como consequência o crescimento do ódio e a incitação ao próprio terrorismo”. Ele lembrou que “a lógica da guerra é a do ódio que gera e multiplica o ódio e não a do amor que faz a paz”.

— O Fórum Social Mundial é hoje, também, um clamor contra a guerra, contra o massacre, tanto quanto é um clamor de condenação e disposição de luta contra o terrorismo, ambas formas renovadas da estupidez humana.

## EUA são incapazes de enfrentar terrorismo, diz Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PDT-DF) disse que as lideranças políticas dos Estados Unidos, especialmente o presidente George W. Bush e seus assessores, “não estão à altura do desafio de enfrentar o terrorismo”.

Citando o historiador norte-americano Arthur Schlesinger, o senador afirmou que os Estados Unidos “ainda não aprenderam a enfrentar o terrorismo sem formar mais terroristas, em função do ódio que disseminam com suas ações”. Lauro Campos argumen-

ta que o governo norte-americano desencadeou uma guerra contra Osama bin Laden “sem dispor de qualquer prova” de sua culpa. “Está mostrando, no mínimo, uma insana precipitação.”

O papel desempenhado pelo Brasil no atual cenário mundial também recebeu críticas do senador. Para Lauro Campos, foi lamentável que o país tivesse se associado aos Estados Unidos, juntamente com mais 40 nações, “para declarar guerra santa” contra bin Laden. “Mas o pior papel”,



Lauro lamentou que o Brasil tenha se associado aos Estados Unidos na guerra contra Osama bin Laden

sustentou o senador, coube à Grã-Bretanha, “com o primeiro-ministro Tony Blair se sujeitando a exercer um papel subalterno diante de Bush, sem demonstrar capacidade para cumprir a tarefa”.

## Comissão vota indicação de Gregori e norma sobre o trabalho noturno

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar hoje, a partir das 17h30, mensagem do Executivo indicando o nome do ministro da Justiça, José Gregori, para o cargo de embaixador do Brasil em Portugal. O relator da matéria é o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). A decisão será tomada em reunião secreta.

Na mesma reunião, a CRE, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), examina projeto de decreto legislativo que aprova o texto da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa ao trabalho notur-

no. A convenção, de número 171, estabelece normas de proteção ao trabalho noturno.

De acordo com o texto, os trabalhadores noturnos terão direito a uma avaliação médica gratuita do seu estado de saúde, sempre que a solicitarem. A convenção obriga que sejam colocados à disposição dos trabalhadores serviços de primeiros socorros.

Caso seja aprovada pela CRE e referendada pelo Plenário, a convenção será aplicada a todos os trabalhadores assalariados, com exceção dos que atuam na agricultura, pecuária, pesca, trans-

portes marítimos e navegação interior. A expressão trabalho noturno designa aquele que é realizado durante período de pelo menos sete horas consecutivas, que abranja o intervalo compreendido entre a meia-noite e as 5h da manhã.

A CRE também aprecia relatório do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) favorável ao tratado firmado entre Brasil e Rússia que estabelece, entre outros compromissos, a participação no processo de desarmamento global e de não proliferação das armas de destruição em massa.